IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS II

FERNANDO DE BRITO ALVES

ROGERIO LUIZ NERY DA SILVA

Copyright © 2021 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Fernando De Brito Alves; Rogerio Luiz Nery Da Silva – Florianópolis: CONPEDI, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-401-3
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Constitucionalismo, desenvolvimento, sustentabilidade e smart cities.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. IV Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2021 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

CONPEDI

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

IV ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS II

Apresentação

O Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, ao longo de sua história, vem reafirmando o seu compromisso com a educação jurídica de qualidade pela realização de pelo menos um encontro e um congresso anuais, espaçados semestralmente e estruturados nos mais altos níveis organizacional e logístico.

Com o advento da Pandemia Covid-19, logo em seus primeiros meses, enquanto para muitos o cenário era de exclusiva desesperança, o Conpedi olhou para dentro de si, identificou a necessidade de inovar e promover intenso trabalho de reengenharia operacional, para criar um novo modelo de eventos jurídicos de grande porte, inteiramente conduzido no modal virtual. Isso, em momento no qual pouquíssimas instituições pioneiras se dedicavam eficientemente à espécie. Nesses recentes tempos difíceis, a rápida percepção do Conpedi permitiu sair na vanguarda para o enfrentamento dos efeitos da pandemia Covid-19, desde logo, e já em junho de 2020, em tempo recorde, reinventou-se para organizar o I Encontro Virtual do Conpedi, seguido semestralmente dos II e III Encontros Virtuais.

Superados os desafios do desconhecido, conclui, agora, com enorme êxito, em novembro de 2021, o IV Encontro Virtual do Conpedi - Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities. Em cinco belíssimos dias de palestras, apresentações, debates, painéis e inúmeros GT's foi coberta ampla temática de pesquisa jurídica e áreas transversais. No presente volume, figuram os artigos apresentados por seus autores no Grupo de Trabalho de Direitos Sociais e políticas Públicas II, abrangendo estudos de gestão pública e empresarial, desenho e aplicação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, moradia, dentre outros tantos. As apresentações foram permeadas por frutíferos debates e o resultado vem aqui tornar-se público.

A todos uma ótima leitura e estimulante reflexão.

FERNANDO DE BRITO ALVES - Graduado em Direito pela FDENP e graduado em Filosofia pela USG. Especialista em História e Historiografia pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho. Mestre em Direito pela UENP. Doutor em Direito pela ITE. Pós-doutorado pela Universidade de Coimbra - Visiting Researcher na Universidad de Murcia - Editor da Revista Argumenta. Professor e Coordenador do PPG em Ciência Jurídica da UENP. Procurador-Jurídico da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

ROGÉRIO LUIZ NERY DA SILVA - Graduado em Direito pela UERJ e graduado em Administração pela AMAN. Especialista em Educação pela UFRJ. Especialista em Direito Empresarial e Tributário pela FGV. Mestre em Direito e Economia pela UNIG. Doutor em Direito pela UNESA. Pós-doutorado pela Universidade de Paris X. Visiting Researcher na New York Fordham University. Visiting Professor Erasmus na Cardinal Stefan Wyszynski de Varsóvia. Professor PPGD UNOESC e UniRV.

DIREITO À EDUCAÇÃO, MODELO EDUCATIVO NEOLIBERAL E O BANCO MUNDIAL: CONTRADIÇÕES

RIGHT TO EDUCATION, NEOLIBERAL EDUCATIONAL MODEL AND THE WORLD BANK: CONTRADICTIONS

Adriane Bandeira Pereira [1]
Plínio Antônio Britto Gentil [2]

Resumo

A mercantilização da educação constitui grave ameaça à concretização do direito respectivo, constitucionalmente assegurado. Moldar alunos para lidar com problemas cotidianos, tirando-lhes a possibilidade de transformação pessoal e social colide com a busca de uma sociedade igualitária e inclusiva. Este trabalho analisa o problema da empresa-escola na origem, através do método de pesquisa bibliográfica. Como resultado, chega-se ao papel do Banco Mundial, que orienta a mercantilização da educação nos países latino-americanos. Políticas públicas mostram-se urgentes para interromper o ciclo, com a recuperação da educação como direito e não como serviço e também a valorização da figura do professor.

Palavras-chave: Educação, Banco mundial, Empresa-escola, Neocapitalismo, Gestão de conflitos

Abstract/Resumen/Résumé

The commodification of education constitutes a serious threat to realization the constitutionally guaranteed right. Shaping students to deal with everyday problems, depriving them of the possibility of personal and social transformation, collides with an egalitarian and inclusive society. This work analyzes the problem of the company-school at the origin, through the bibliographic research method. As a result, we arrive at World Bank, which guides the commodification of education in Latin American countries. Public policies are urgent to interrupt this cycle, with the recovery of education as a right and not as a service, and the valuation of the teacher figure.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Education, World bank, School-company, Neocapitalism, Conflict managment

[1] Mestranda em Direito pela Uniara; Juíza de Direito no Estado de São Paulo

[2] Doutor em Direito e em Fundamentos da Educação. Professor universitário (PUC-SP, Unip e Programa de Mestrado da UNIARA). Procurador de Justiça em S. Paulo

1 INTRODUÇÃO

Dentre os direitos fundamentais emerge o direito à educação, quase sempre elevado a uma posição intangível de direito essencial para o desenvolvimento dos demais; costume é tê-lo como inquestionável e o comando positivado no artigo 205 da Constituição Federal nada mais parece que simples reconhecimento desse direito, que prescindiria mesmo de normatização, tal a unanimidade que alcança na narrativa prevalente, figurando o citado dispositivo da Carta Magna como algo de efeito simplesmente declaratório, pois o direito já fôra anteriormente constituído. Porém a questão que a partir daí se coloca é o conteúdo dessa educação e a forma pela qual ela será compartilhada com a população. Justamente nesse ponto é que merece atenção o fato de que, nas últimas três décadas, por via de ingerências reformistas que vêm sendo feitas nesse conteúdo e nessa forma, aquilo que era um direito de todos pode estar se convertendo em um serviço, havendo sério risco de se tornar letra morta qualquer previsão constitucional, tendente a então permanecer no texto como apenas um adorno retórico.

Não é novidade que atualmente se percebe uma inflexão do modelo de educação, que vai aos poucos deixando de lado aquele ideal de ser um agente transformador do mundo e passa, em vez disso, a ter como principal objetivo a adaptação do educando aos problemas do cotidiano. Trata-se do aprendizado de uma resiliência, que retira protagonismo do educando frente ao mundo, para enfim capacitá-lo a constituir mão de obra dócil, na mecânica de uma sociedade guiada pelo mercado e não por verdadeiras políticas públicas que tenham como norte um projeto de país inclusivo e igualitário.

É fácil perceber que este é o modelo que melhor serve ao liberalismo, centrado, como é de sua natureza, na propriedade individual, no lucro e na desimportância de qualquer objetivo que priorize direitos coletivos ou emancipação.

Ora, para viabilizar a implantação de um modelo educacional nesses moldes – o que se dá a partir da década de 1990, de modo especial nos países periféricos -, o capital hegemônico haveria de trabalhar em duas frentes principais, que se retroalimentam: a expansão das instituições escolares privadas, tornadas, numa perspectiva weberiana, *organizações*, e o convencimento das forças que movem os próprios estados nacionais, por meio de seus agentes e suas estruturas, quanto à necessidade de reformar a educação, de um modo que signifique nela implantar uma mentalidade de empresa privada. Esse trabalho de convencimento e gradual implantação de um caráter empresarial na educação

é em boa parte promovido por intermédio de atores para além das fronteiras nacionais, sob forma de ONGs, organizações de estados, conselhos, programas, consultorias e departamentos de corporações financeiras multinacionais. No presente trabalho o objetivo é considerar o caso do Brasil, de resto assemelhado ao de outros países latino-americanos, todos designados a ter um papel secundário na dinâmica econômica global, na qual se inserem basicamente na qualidade de fornecedores de matérias primas e mão de obra barata e como mercado consumidor de produtos industrializados.

Não há como abordar o tema desse novo modelo educacional deixando de lado o processo histórico de colonização exploratória pelo qual passou o Brasil e os demais países da América Latina. Séculos de subordinação em todas as frentes, econômica, cultural e social, moldaram países pobres e marginalizados. Se as grandes guerras mundiais trouxeram consigo pobreza e destruição, também impulsionaram o imperialismo estadunidense, florescido num país que não havia sido devastado em seu território e que saía com a vantagem de ter superado uma grave crise como a de 1929.

Os Estados Unidos emergiram da guerra "como superpotência econômica, militar e política" (PEREIRA; PRONKO, 2015, p. 13), fortaleceram o sistema capitalista e unificaram os interesses das economias centrais sob sua liderança, muito disso em razão do Plano Marshall, com o qual contribuíram para a reconstrução da Europa dita ocidental e se tornaram credores dos países "reconstruídos". A partir do colapso da União Soviética, no final do século XX, o capital expande seus domínios e o coroamento desse processo é a gradual implantação do chamado neoliberalismo, notadamente impactante em países secundários e periféricos, como o Brasil, onde hoje se traduz em políticas de esvaziamento quase completo do Estado.

Para a finalidade deste trabalho importa conferir o desempenho do Banco Mundial nesse cenário e especialmente sua influência na implantação desse novo modelo educacional, na medida em que o banco, por suas variadas instâncias, atua efetiva e detalhadamente na condução desse processo de reforma empresarial. O objetivo principal é desvelar o papel dessa instituição financeira e política, que é pouco conhecido do público, mas central e decisivo na promoção de uma reforma cujos efeitos já se mostram visíveis nas políticas educacionais da periferia do mundo. Por fim, dado que essas aparentes contradições se refletem naquele direito enunciado no citado artigo 205 da Constituição, há que se trabalhar com a hipótese de se – e em que medida – esses efeitos descaracterizam a educação como direito. O trabalho compõe-se de quatro capítulos, resulta acentuadamente de pesquisa bibliográfica, tendo caráter exploratório e dedutivo.

2 O BANCO MUNDIAL: ORIGENS, OBJETIVOS E ALIANÇAS

Desde 1913 os Estados Unidos já contavam com um Banco Central. No pós-guerra, em 1945, na conferência de Bretton Woods, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Monetário para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o propósito de " [...] promover o desenvolvimento econômico mundial, erradicar a pobreza e financiar os esforços de reconstrução das nações europeias destruídas com a Segunda Guerra Mundial" (RODRIGUES, 2020). O Bird logo foi denominado de Banco Mundial (BM), que agora não se resume ao primeiro, pois engloba várias outras organizações como a Associação Internacional de Desenvolvimentos (AID).

A ingerência do BM dá-se não apenas por conta da dependência econômico-financeira, já que os países subdesenvolvidos precisam de receitas sempre renováveis, mas também através de sutil e extensa rede

> [...] larga, densa e opaca de relações, que envolve agentes nacionais e internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos e empresariais que apoiam, formulam, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições de política da instituição. A efetividade das ações do banco, portanto, depende de uma série de pontos de sustentação, negociação e difusão, tanto dentro, quanto fora dos espaços nacionais (PEREIRA, PRONKO, 2015, p. 14).

Para vislumbrar o poderio econômico do BM, Pereira assinala que em 2013 ele contava com um quadro de 12 mil funcionários e havia efetuado quase US$ 800 bilhões em empréstimos desde 1947, abarcando uma carteira de clientes cada vez maior e mais diversificada (PEREIRA, 2015, p. 19).

Assim, não é difícil imaginar sua grande atuação nos países subdesenvolvidos, como os da América Latina, havendo quem aponte até mesmo uma "cessão de soberania" desses estados periféricos (VILAS, 2015, p. 76), num mecanismo perverso:

> [...] é o próprio Estado, como autoridade política soberana, quem recorre a essas delegações. O quanto isso expressa uma cessão de soberania (...) diz respeito diretamente a alianças, conivências e convergências de interesses entre grupos locais de poder que exercem ou gravitam decisivamente no desempenho das instâncias estatais de decisão política e determinados atores transnacionais (VILAS, 2015, p. 76).

Vilas também cita que a partir da década de 1980 o BM tornou-se um dos principais atores nos processos do denominado *ajuste estrutural* e, pouco depois, "de mudanças na organização, nos objetivos e nas funções das instituições de governo e de suas articulações com os mercados nacionais e globais – a chamada reforma do estado" (2015, p. 64), lembrando que até então seu papel se limitara a financiar projetos de investimento, não se imiscuindo em recomendações e supervisão de políticas públicas como hoje.

O resultado foi nefasto pois, como condicionante para os empréstimos, o BM exigiu severa transformação do setor público e da própria organização político-institucional dos estados, traduzida nas seguintes medidas:

> [...] liberalização do comércio exterior, livre circulação de capitais e fomento ao investimento externo, eliminação ou redução de barreiras protecionistas de qualquer outro instrumento de regulação estatal da atividade econômica e financeira, alinhamento dos preços internos com os internacionais - exceto o preço da força de trabalho local, os salários -, desvalorização da moeda nacional, promoção das exportações (principalmente as de origem primária), redução drástica do déficit do setor público, eliminação ou redução significativa dos subsídios ao consumo e do gasto público, além da reorientação da política social para atenção primária em saúde e educação básica [...] (VILAS, 2015, p. 70).

A ideia era de que a crise de adaptação "às novas condições da economia mundial era causada pelo excessivo intervencionismo estatal" (VILAS, 2015, p. 70), o que se mostrou obviamente falso. Nisto bem se vê o alinhamento da política do Banco Mundial com as diretrizes traçadas no chamado *consenso de Washington*[1].

O resultado da política proposta, de ausência ou redução de barreiras comerciais protecionistas, de intensificação das exportações de recursos naturais (com a contrapartida de importação de manufaturados), de alinhamento de preços internacionais,

[1] Nas palavras de Carlos Eduardo Martins, em versão digital da Enciclopédia Latino-Americana, "a expressão Consenso de Washington surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do Institute of International Economics, sediado em Washington, para a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush. Referia-se às ideias das principais autoridades da economia mundial: a alta burocracia das agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o Federal Reserve Board, as agências financeiras internacionais, membros do Congresso norte-americano e consultores econômicos de maior poder simbólico internacional. Williamson resumiu as teses que embasaram o Consenso de Washington em dez pontos estratégicos: 1) disciplina fiscal; 2) priorização do gasto público em saúde e educação; 3) realização de uma reforma tributária; 4) estabelecimento de taxas de juros positivas; 5) apreciação e fixação do câmbio, para torná-lo competitivo; 6) desmonte das barreiras tarifárias e paratarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; 7) liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; 8) privatização das empresas públicas; 9) ampla desregulamentação da economia; e 10) proteção à propriedade privada".

mas com manutenção do valor pago à força de trabalho, e o esvaziamento do estado em países subdesenvolvidos foi desastroso: subjugação e hiperendividamento externos, desindustrialização, aumento da pobreza e da desigualdade social, expansão da dependência dos países ricos, num ciclo interminável.

Um ponto deve ser colocado e diz respeito às elites econômicas de cada um desses países marginalizados, no sentido de que, em benefício próprio, sempre foram coniventes com tal arranjo, como pontua Fontes, fazendo a ligação das imposições externas do BM "às formas de adesão internas de setores variados das classes dominantes" (2015, p.10). De fato, o capital internacional recorrentemente associa-se ao capital interno e esses sócios minoritários, sem qualquer projeto nacional, usualmente contentam-se com as partes menores do lucro gerado pela exploração mercantil da educação e outras riquezas, para o que contam com a fiscalização complacente das agências estatais, nas quais com frequência estão representados ou de outra forma exercem influência.

3 AÇÃO DO BM NA EDUCAÇÃO, O BID E A TEORIA DAS PORTAS GIRATÓRIAS

No campo da educação já se vê que não foi diferente pois, como visto, o BM tinha justamente por finalidade a reorientação das políticas públicas relativamente a setores que se afigurassem promissores a inversões de grande volume de capital.

Marcela Pronko observa que essas organizações financeiras, na atualidade, trabalham sobretudo com ideologia e política, em prol da difusão e convencimento dos princípios que orientam as políticas neoliberais, superando a mera atuação financeira (2015, p. 89-90).

Essa autora registra que na década de 1960 foi criado um *Departamento de Educação* dentro do Banco Mundial, com o objetivo de financiar projetos educacionais em "países em desenvolvimento", voltados para a "provisão de mão de obra qualificada capaz de sustentar e desenvolver os investimentos em infraestrutura que o banco apoiava nesses países, e baseada conceitualmente na perspectiva de criação de 'capital humano'" (PRONKO, 2015, p. 90).

Tal política manteve-se até 1980, quando então o BM passou a encampar o processo de neoliberalização do mundo, empurrando as economias para a livre iniciativa de mercado. A educação deixa então de ser voltada para a o desenvolvimento humano e

econômico e passa a se direcionar à promoção de sociedades reguladas pelo mercado (PRONKO, 2021), como adiante se verá.

É importante registrar que, desde a sua criação, o BM cuidou de enfraquecer a Unesco, e demais organismos internacionais que tinham como foco a educação em países do terceiro mundo, embora formalmente fizessem parte do conjunto de componentes da ONU. Usualmente se aponta que a relação entre os Estados Unidos e a Unesco sempre foi conflituosa. Dytz Filho, por exemplo, relata que na década de 1950, durante o período macarthista, a imprensa norte americana foi instigada a qualificar a organização como "subversiva" (2014, p. 136). A campanha difamatória e o estrangulamento econômico resultaram na subjugação da Unesco e de outros organismos em termos político-ideológicos, com a consequente projeção dos "gêmeos de Bretton Woods", como são chamados o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Karen Mundy registra sua posição sobre o assunto da seguinte forma:

> Eu defendo que o multilateralismo educacional foi formado no 'liberalismo embutido' da ordem do pós-guerra e tanto sua origem ideológica quanto sua origem material remontam à institucionalização de uma visão do multilateralismo, cujo objetivo era promover o compromisso social do Estado de Bem-Estar keynesiano dentro dos países capitalistas avançados. Isso foi alcançado por meio de expansão e regulamentação de consenso das relações políticas e econômicas internacionais. Embora ainda permaneçam vestígios dessa ordem, é claro que a ordem nacional do pós-guerra e os compromissos internacionais foram substituídos pela globalização e pelo o aumento do neoliberalismo como paradigma de políticas públicas (tradução nossa, p. 128).[2]

O caminho natural foi a consolidação de parcerias público-privadas, inclusive em assuntos essenciais como a educação e a saúde, tudo traduzido no que foi chamado de "nova gestão pública". Importa notar que o próprio termo *gestão*, fartamente utilizado, já denuncia o viés empresarial que se pretende dar às estruturas do sistema educacional, quer no campo da privatização das instituições escolares quanto na sua conversão em

[2] Yo defiendo que el multilateralismo educativo se formó en el "liberalismo incrustado" del orden de posguerra, y tanto su origen ideológico como su origen material se remontan a la institucionalización de una visión del multilateralismo cuyo objetivo era la promoción del compromiso social del Estado de Bienestar keynesiano dentro de los países capitalistas avanzados. Esto se consiguió gracias a la expansión y a la regulación consensual de las relaciones políticas y económicas internacionales. Aunque todavía quedan vestigios de este orden, queda claro que el orden nacional de posguerra y los compromisos internacionales han sido desplazados por la Globalización y la ascensión del neoliberalismo como paradigma de la política pública.

organizações, que, ao invés de dirigidas ou orientadas (por políticas públicas), devem ser gerenciadas por executores, sem qualquer autonomia, de normas ditadas pela lógica comercial dos investimentos.

A privatização direta não parecia caminho viável e optou-se por esse modelo de parceria ou "educação terciária", em formato flexível, permitindo às instituições privadas a prestação direta do serviço educacional ou a celebração, com o poder público, de contratos de gestão de instituições públicas ou "o fornecimento de insumos (material didático, consultoria em sistemas de ensino, construção de prédios etc.) e a aplicação de políticas específicas de acesso, via subsídios públicos diversos" (PRONKO, 2015, p. 99).

Justamente nesse ponto a educação passa a ser vista como um serviço comercializável e não mais como um direito, podendo tal serviço ser prestado pelo estado ou por empresa particular (PRONKO, 2015, p. 89-112). Essa autora indica como fundamental nesse processo o papel do Grupo Banco Mundial (GBM), através da Corporação Financeira Internacional (CFI), que o integra,

> (...) articulando esforços de diversos organismos e difundindo orientações de políticas elaboradas por um seleto grupo de 'consultores internacionais', configurando uma rede de especialistas muito ativa na elaboração de publicações e produção de eventos, com participação de governantes, políticos, agências doadoras, funcionários de organizações internacionais e acadêmicos, que serviram como caixa de ressonância para a proposta. (PRONKO, 2015, p. 100).

Em aula ministrada em 04 de maio de 2021, no canal HISTRAEB – História, Trabalho e Educação no Brasil, veiculada através do canal *youtube* (2021), ela sustenta que tais "consultores" ora estão no governo, ora são funcionários do próprio BM, saindo de um e logo entrando no outro, num fenômeno conhecido como circulação por uma espécie de *porta-giratória.* Tais "consultores" costumam ser recrutados entre intelectuais e até mesmo formadores de opinião. Essas pessoas transitam em organismos internacionais e em espaços públicos com facilidade, durante longos períodos, e geralmente se tornam figuras conhecidas.

Situado num plano regional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) parece seguir pelos mesmos caminhos. Segundo Mariano Moura Melgarejo e Eneida Oto Shiroma, essa instituição financeira tem uma consistente política para a educação na América Latina, estabelecendo parâmetros que, em suma, propõem, em relação a crianças e jovens, o desenvolvimento de habilidades necessárias para *serem produtivos*. Sua conclusão é no sentido de que

> sob o pretexto de combater a pobreza, em essência as políticas do Banco visam estreitar a formação docente; exercer forte controle sobre seu trabalho por meio das reformas curriculares, avaliações em larga escala e coaching; flexibilizar a gestão; destruir a carreira do magistério a partir da sua substituição por políticas meritocráticas; implementar políticas de *accountability*; estabelecer a política de vouchers; além das diversas outras formas de privatização, que atingem desde a escolha dos materiais didáticos até a terceirização da gestão de escolas públicas (2019).

Destaque-se que Paulo Renato Souza, um dos fundadores do PSDB, foi ministro da educação nos governos de Fernando Henrique Cardoso, ocupando o cargo entre janeiro de 1995 a dezembro de 2002. Mas em 1991 ele assumira "a gerência de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, cargo que ocuparia pelos quatro anos seguintes, e que acumulou com o de vice-presidente executivo interino do mesmo banco, em 1993"[3], segundo o *site* FGV-CPDOC (2015). Pessoa de sua confiança, Maria Helena Guimarães de Castro, que foi presidente do Inep-MEC na sua gestão, chegando a substituí-lo, ocupou a secretaria da educação no governo José Serra, em S. Paulo, a secretaria executiva do MEC no governo Temer e, no governo Bolsonaro, assumiu a presidência do Conselho Nacional de Educação[4].

3. O *MODUS OPERANDI:* LINHAS GERAIS

Segundo é possível notar, a influência do BM não é necessariamente imposta de cima para baixo. Ao contrário, ela vem permeando todas as estruturas do estado e da sociedade de forma quase que imperceptível, pregando vantagens e defendendo educação de qualidade para todos, quando na realidade o que efetivamente promove é uma educação para o mercado de trabalho. Citando Robertson (2012), Marcela Pronko inicia um dos capítulos de sua obra observando que "é tentador pensar no neoliberalismo como

---

[3] Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-renato-costa-sousa>. Acesso 23/set..2021.

[4] Consta que sua gestão na secretaria da educação de S. Paulo teria sido marcada pela tentativa de impor um padrão único de currículo para a rede e um único material de apoio pelo Estado e pela criação de um programa de remuneração por mérito para professores; consta, ainda, que, como secretária executiva do MEC, em fevereiro de 2017, teria defendido a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais. Fontes: Wikipedia. Em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Helena_Guimar%C3%A3es_de_Castro>. Acesso 23/set./2021. E <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-10/professora-maria-helena-guimaraes-de-castro-assume-cne>. Acesso 23/set./2021.

uma arquitetura reguladora global imposta de cima para baixo" (PRONKO, 2015, p. 89), para em seguida apontar outras estratégias, mais eficientes, da ação do capital. Por isso é que um olhar mais atento logo percebe o *modus operandi* mais sofisticado dos atores da expansão capitalista, nisto incluída a instituição do Banco Mundial, assim como congêneres e suas diversas ramificações.

O trabalho persistente de convencimento, praticado em várias frentes, parece explicar o fenômeno atual não só do conformismo de trabalhadores que ganham salários reduzidos mas também do fato de se transformarem em ardorosos defensores de políticas econômicas neoliberais, as quais, antes que favorecê-los, os marginalizam ainda mais. Esse trabalho do BM supera a imposição de condicionantes aos empréstimos financeiros, o que o torna ainda mais imperceptível. Na realidade, existe um eficiente trabalho de criação de uma narrativa simbólica, por meio da qual a reforma empresarial da educação aparece como panaceia para os problemas do desenvolvimento. Em aula ministrada no canal Unidade Classista, veiculada pelo Youtube (jul./2021), Paulo Napoli aponta a interessante estratégia de organismos internacionais de oferecer bolsas, cursos e programas de intercâmbio para estudantes que se destaquem por seu espírito de liderança. Eles serão de certa forma apropriados pela organização e passarão a atuar em postos de onde contribuirão com a construção do *novo modelo* educacional, como executivos ou formadores de opinião.

De acordo com essa mesma linha de raciocínio, haveria quatro grandes ondas de diretrizes do BM no setor da educação, ocorrendo cada onda em uma década (PRONKO, 2021), que determinam e condicionam tanto a narrativa quanto o projeto estrutural de reforma, como adiante serão resumidas. Veja-se:

Na década de 90 a fala dominante é de que a educação "precisa ser privatizada" e surgem então os mercados de formação. Mostrando-se alinhado com esse pensamento, o Brasil, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, adere à separação entre o ensino médio e a educação técnica profissionalizante: entra em cena o plano de formação do trabalhador.

Na década de 2000, o BM dá um passo à frente e trabalha para uma nova gestão de educação segundo parâmetros visivelmente empresariais. Substitui-se o diretor da escola pelo gestor, implantam-se metas de produtividade, com padrões e indicadores que medem essas metas; surge a ideia de responsabilizar professores a partir da medição de seus alunos e, em certos segmentos do estado brasileiro, a de remunerar professores segundo critérios meritocráticos.

Em 2010 o banco tem um novo momento de inflexão e passa a redefinir tanto a finalidade quanto o conteúdo da educação. O documento "Estratégia 2020 Para a Educação" traz a ideia de que o plano de *educação para todos*, que esteve presente desde o início de suas políticas, deve ser substituído pela ideia de *aprendizagem para todos*. Passa-se a entender que o problema não é mais de acesso à educação, mas de conteúdo.

A escola não desaparece mas perde a centralidade, notadamente a escola pública:

> O termo "sistema educacional" refere-se tipicamente às escolas públicas, universidades e programas de formação que fornecem serviços de educação. Nesta estratégia, "sistema educacional" inclui a gama completa de oportunidades de aprendizagem que existem num país, quer sejam fornecidas ou financiadas pelo sector público quer privado (incluindo organizações religiosas, organizações sem fins lucrativos ou com fins de lucro). Inclui programas formais ou não formais, para além de toda a gama de beneficiários e interessados nestes programas: professores, formadores, administradores, funcionários, estudantes e as suas famílias e empregadores. Inclui também as regras, políticas e mecanismos de responsabilização que aglutinam um sistema de educação, bem como os recursos e mecanismos de financiamento que o sustentam. Este conceito mais inclusivo do sistema educacional permite ao Grupo do Banco e aos países parceiros aproveitar as oportunidades e eliminar as barreiras que se situam fora dos limites do sistema tal como ele é tradicionalmente definido (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 05).

Abrem-se, dessa maneira, as portas para a ideia de que os conteúdos do sistema educacional podem estar dentro ou fora da escola: na rua, na igreja, no computador, ou em qualquer lugar, podendo ser fornecido por *startups* e as mais diversas instâncias. A escola vai perdendo espaço como instituição, assim também a centralidade como principal agente da educação.

Antes mesmo da pandemia, o BM já vinha difundindo a concepção baseada na entrega de conteúdos previamente preparados, a chamada *ed-tech* (educação tecnológica). Não surpreende que o presidente do Brasil, em janeiro de 2020, tenha afirmado publicamente que os livros didáticos "têm muita coisa escrita". Na mesma fala, criticou o resultado insatisfatório do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)[5].

---

[5] "O Programa Internacional de Avaliação de Alunos é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar, realizado pela primeira vez em 2000 e repetido a cada dois anos. É coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico", cf Wikipedia. Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso 24/set./2021. "A OCDE é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Trata-se de um grupo constituído por 35 países, cujo objetivo é alinhar e discutir estratégias econômicas que beneficiem as nações participantes. [...] a organização internacional é responsável pela administração de centenas de milhões de dólares, tendo

Relatório produzido pelo BM, chamado *Mente, Sociedade e Comportamento*" (BANCO MUNDIAL, 2015), apesar de não tratar especificamente da educação, deixa claro que a intenção do banco agora é investigar como os pobres pensam para, a partir daí, formular políticas, ou estratégias, notadamente na área educacional, voltadas para eles.

O documento/diagnóstico constata que a pobreza impõe um *déficit* cognitivo às pessoas e que isso deve ser levado em consideração na hora de definir suas políticas. Pesquisando o documento é possível encontrar o seguinte encarte:

> A pobreza não é apenas a deficiência de recursos materiais, mas também um contexto no qual as decisões são tomadas. Ela pode impor um ônus cognitivo às pessoas, o que torna particularmente difícil para elas pensar de maneira ponderada (Mullai-nathan e Shafir 2013). As pessoas que precisam empregar muita energia mental todos os dias apenas para assegurar acesso a necessidades básicas como alimento e água tratada ficam com menos energia para deliberações ponderadas do que aquelas que, simplesmente por viverem em uma área com boa infraestrutura e boas instituições, podem se concentrar em investir em um negócio ou ir às reuniões do comitê escolar. Assim, as pessoas de baixa renda podem ser forçadas a valer-se ainda mais da tomada de decisão automática do que as pessoas que não são pobres. (Capítulo 4). (BANCO MUNDIAL, 2015).

Nem a reforma empresarial da educação, nem a construção da narrativa neoliberal em torno dela cessaram durante os governos brasileiros dos últimos trinta anos, nem mesmo os mais progressistas, muito embora em favor destes deva-se registrar certa ampliação da rede pública de universidades e institutos. Vejam-se, a propósito, as conclusões, produzidas em 2017, de estudo que fôra encomendado ao BM no governo de Dilma Rousseff, denominadas *O Ajuste Justo* (BANCO MUNDIAL, 2017), das quais muito naturalmente se constata que "o Brasil gasta muito, gasta mal e precisa de ajuste fiscal que não penalize os pobres." (PRONKO, 2021).

O documento é abrangente e traz abordagens previsíveis nas circunstâncias: o "peso da folha do funcionalismo público", a "conta impagável da previdência social" e, como esperado, contempla também a educação. A principal proposta já se adivinha a partir do nome do capítulo: *Gastar Mais ou Melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública*. Em suma e sem surpresas, o banco simplesmente conclui, entre outras coisas,

---

elevada importância no cenário global. [...] A OCDE foi criada para suceder à Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), que havia sido criada em 1948 para administrar o Plano Marshall, que reconstruiu a Europa no pós-guerra", cf o *site* Suno Artigos. Fonte: <https://www.suno.com.br/artigos/ocde/>. Acesso 24/set./2021.

que o sistema de educação tem professores demais. Já em 2021 o presidente Jair Bolsonaro disse publicamente a apoiadores que "'o excesso de professores atrapalha'". Segundo ele, o estado foi inchado após um concurso feito pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) para a contratação de 100 mil docentes" (Portal UOL, 2021)[6]. Curiosamente a crítica é dirigida justamente a uma contratação de professores feita por outro governo que tampouco rompeu as amarras da ingerência do capital na educação...

Assim é que, sem qualquer interrupção desde os anos 1990, vai se estabelecendo uma visão simbólica em tudo alinhada com as principais agências do capital hegemônico. Fica estabelecido que a proporção aluno-professor é relativamente baixa, que o sistema público de educação no Brasil é caracterizado por reduzida qualidade dos professores e pelos altos índices de reprovação – sem qualquer problematização do contexto em que se dá esse declarado rebaixamento da qualidade da educação brasileira – e que todos esses fatores levam a ineficiências significativas. A resposta vem quase pronta: *se todos os municípios e estados fossem capazes de tornar as redes escolares mais eficientes, seria possível melhorar o desempenho (em termos de níveis de aprovação e rendimento estudantil) em 40% no ensino fundamental e 18% no ensino médio, mantendo o mesmo nível de despesas públicas. Em vez disso, o Brasil está gastando 62% mais do que precisaria para atingir o desempenho atualmente observado em escolas públicas, o que corresponde a quase 1% do PIB. Os gastos públicos com o ensino superior também são altamente ineficientes e quase 50% dos recursos poderiam ser economizados. Os gastos públicos com ensino fundamental e médio são progressivos, mas as despesas com o ensino superior são altamente regressivas. Isso indica a necessidade de introduzir o pagamento de mensalidades em universidades públicas para as famílias mais ricas e de direcionar melhor o acesso ao financiamento estudantil para o ensino superior, por via de programas como o FIES* (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 121).

Seguindo a mesma lógica, *se a educação traz muita despesa ao estado e ainda assim se mostra ineficiente, a solução há de ser, de um lado, abrir as portas para o capital privado e, de outro, definir quem serão os destinatários de quais conteúdos*, restando implícito que estes poderão variar de conformidade com quem sejam as camadas sociais de educandos. O resultado é o desenvolvimento praticamente de uma tecnologia social, que busca raízes nas neurociências, relacionadas ao aprimoramento das chamadas *competências socioemocionais*: comportamentos resilientes e empreendedores, que

[6] Fonte: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2021/09/16/bolsonaro-diz-a-apoiadores-que-excesso-de-professores-atrapalha.htm>. Acesso 17/set./2021.

naturalmente implicam numa clara repercussão no exercício da docência[7]. Em outras palavras, se os pobres têm necessidades mais elementares e problemas mais básicos para resolver, se nunca alcançarão postos em que lhes seja exigido um conhecimento erudito ou um nível intelectual elevado, que então que a educação lhes possa ser entregue pronta, por pequenas instâncias empresariais, se preciso por via eletrônica ou na porta de casa, ou em qualquer lugar; e que essa educação entregue pessoalmente se ocupe principalmente de solucionar as demandas socioemocionais dos educandos, liberando-se de lhes transmitir conteúdos que correspondam aos saberes historicamente acumulados pela humanidade.

4 O *MODUS OPERANDI* NOS TEMPOS DE PANDEMIA: A HORA É AGORA

A quarta e última onda tem início precisamente a partir da pandemia do *novo coronavírus*, em 2020. Pouco antes o BM havia produzido o documento *Índice de Capital Humano* para mensurar como avança e como é estruturada a educação em cada um dos países periféricos. O título do comunicado por eles publicado quando do lançamento do documento é esclarecedor: "Se países agirem agora, as crianças nascidas hoje podem ser mais saudáveis, bem-sucedidas e produtivas" (BANCO MUNDIAL, 2018).

No início do período de disseminação do vírus, tendo esse documento por base, lançou-se outro conceito que é o "índice de pobreza de aprendizagem", concluindo-se em resumo que os efeitos devastadores da pandemia sobre a aprendizagem pioraram o que já era ruim. O documento *Aprendizagem para Todos* procura difundir a ideia de tirar proveito da pandemia para reformar o que já não era bom, pensando nos sistemas de ensino como redes de oportunidades de aprendizagem, assim reduzindo ainda mais a

[7] Modelar os comportamentos (dos pobres) para tomar melhores ou mais oportunas decisões, parece ser, para o Banco, sua contribuição mais específica para o combate à pobreza. Sem indagar sobre suas causas estruturais, a pobreza se transforma em atributo individual (que pode ser medida e ponderada) e sua superação, em um ato de vontade que se constrói com comportamentos adequados e decisões certeiras. Ainda quando se reconhece o caráter limitado dessas ferramentas, a modelagem comportamental se revela de grande utilidade, promovendo adaptação, atitudes positivas ou, no limite, uma memória seletiva que permita "superar" a própria privação. Afirma o documento: As pesquisas psicológicas e antropológicas também sugerem que a pobreza gera um modelo mental por meio do qual os pobres veem a si próprios e a suas oportunidades. Particularmente, esse modelo pode prejudicar a capacidade de imaginar uma vida melhor (...). As evidências demonstram também que as intervenções e os projetos de políticas que alteram esse modelo mental para que as pessoas possam reconhecer seu próprio potencial com mais facilidade – **ou que pelo menos poupem as pessoas pobres das lembranças de sua privação** – podem melhorar importantes resultados de desenvolvimento, tais como rendimento escolar, participação no mercado de trabalho e adoção de programas de combate à pobreza (BANCO MUNDIAL, 2015, p.14, destacado nosso). (Pronka, 2019, p. 177)

centralidade da escola. Incentiva-se a criação de empresas e *startups* educacionais, visando à criação de redes de aprendizagem como forma de favorecer a circulação e a entrega de conhecimentos de forma mais eficiente. Reforça-se, agora em condições especialíssimas, tendo em vista as restrições impostas pelo controle sanitário, aquilo que já vinha delineado por ocasião da terceira onda.

Vale a pena conferir outro *diagnóstico/aconselhamento* do Banco Mundial, a demonstrar que rapidamente foi percebido o universo de oportunidades criado por conta da pandemia, acentuando a velha avaliação de que uma crise, afinal de contas, sempre pode ser proveitosa para alguns:

> Embora os sistemas educacionais da América Latina e do Caribe enfrentem um desafio sem precedentes, esta situação excepcionalmente difícil abre uma janela de oportunidade para que a reconstrução torne os sistemas educacionais ainda melhores, mais eficazes, igualitários e resilientes. Os países da América Latina e do Caribe devem aproveitar as boas práticas internacionais, regionais e nacionais que já estejam em uso e que possam ser adaptadas e ampliadas para acelerar a aprendizagem e melhorar a equidade. Muitas iniciativas inovadoras podem se tornar convencionais. O uso inteligente da tecnologia e dados pode oferecer oportunidades de longo prazo para um aumento da eficiência melhor ensino e aprendizagem para os mais vulneráveis, e o fortalecimento da gestão do setor de educação. A COVID-19 também pode ser uma oportunidade para transformar os sistemas educacionais e desenvolver uma nova visão na qual a aprendizagem aconteça para todos, em todos os lugares. A hora é agora. (BANCO MUNDIAL, 2021, p.04).

Trata-se de documento produzido em 2021, intitulado *Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças: os custos e a resposta ao impacto da pandemia de covid-19 no setor da educação na América Latina e Caribe* e parece sintetizar boa parte do que já foi exposto neste trabalho.

Mostrando que compreendeu bem o recado para aproveitar o momento e demonstrando agilidade e desenvoltura que na verdade antecedem o recente *conselho* do BM, o capital já se volta, há certo tempo, para a exploração da mercadoria educação nesta parte do terceiro mundo.

A América Latina e o Caribe concentram "quase um quarto dos compromissos financeiros do CFI (Corporate Finance Institute)"[8]. Segundo dados do próprio CFI, foram

[8] Entidade de capital multinacional, com um segmento no Brasil. "A CFI Brasil auxilia empresas e proprietários de empresas de capital fechado na venda e aquisição de empresas de *middle market*. Ela também oferece aos seus clientes uma combinação única de experiência pessoal, atenção e serviços

emprestados e investidos, desde a primeira operação em 1956, 30 bilhões de dólares na região, mobilizando ainda 20 bilhões em empréstimos de parceiros. Os dados também mostram que o Brasil tem papel de destaque. Do total de compromissos assumidos mundialmente com educação, quase 60% estão na América Latina e Caribe, dos quais 40% do financiamento regional tocam ao Brasil, representando quase um quarto do financiamento mundial (PRONKO, 2015, p. 102). Neste passo, os tentáculos da reforma empresarial da educação alcançam o rentável nicho da educação superior.

Não por outro motivo estão no Brasil os maiores conglomerados educacionais, destacando-se a "Estácio Participações, beneficiária de metade dos empréstimos concedidos no setor educacional no país, a Faculdade Maurício de Nassau e o Grupo Anhanguera", somando juntos mais de 361 mil matrículas no país (dados de até 2009) (PRONKO, 2015, p. 104).

Consta que as três organizações são controladas por grandes grupos financeiros: a Estácio Participações é controlada pela GP Investimentos, também controladora da rede de comércio Varejista (Lojas Americanas), bancos e bebidas (Ambev-Imbev); a Maurício de Nassau, que faz parte do Grupo Ser Educacional, é controlada pela Cartesian Capital Group, que investe também nas áreas farmacêuticas, de metais, automóveis e outras; e, por fim, o Grupo Anhanguera Educacional é controlado pelo Banco Pátria (PRONKO, 2015, p. 104).

Para arrematar,

> Essas empresas educacionais, controladas por grandes conglomerados financeiros, exemplificam de maneira magistral a tendência da chamada 'internacionalização' do ensino superior verificada no Brasil nas últimas décadas, que transforma a educação superior em um grande 'mercado do conhecimento' (Neves e Pronko, 2008), submetido à lógica da financeirização da economia por meio da proliferação de aquisições e fusões entre grupos educacionais, ditando as normas da política educacional contemporânea no país (PRONKO, 2015, p.104-105)

Hoje a Kroton Educacional, que abrange as "marcas" Anhanguera, Fama, LFG, Pitágoras, Pitágoras Colégios, Unic e Uniderp, contando com um milhão de alunos no país (Kroton | Institucional) é o maior conglomerado educacional privado do mundo

---

profissionais, resultando em transações bem-sucedidas". Em < https://www.thecfigroup.com/pt-br/country/brasil/>. Acesso 23/set./2021.

(Pronko, 2021). Apenas não incorporaram a Estácio Participações S/A pela reprovação da operação pelo CADE (SEI/CADE - 0357424 - Voto).

Cabe também apresentar parte das conclusões trazidas no documento "diagnóstico do Fies" (rombo - Ministério da Educação (mec.gov.br), 2017):

> O documento também mostra que a política educacional para o ensino superior adotada pelo governo federal nos últimos anos mostrou um direcionamento desuniforme, ora incentivando a participação do setor privado, ora privilegiando o aumento das instituições de educação superior públicas. Entre 1998 e 2004, houve uma expansão de 134% no número de instituições privadas, seguido de um consequente aumento de cerca de 126% nas matrículas em cursos de graduação presenciais. No mesmo período, o número de matrículas na rede pública cresceu 46%. A partir de 2004, iniciou-se uma nova fase na política de acesso ao ensino superior, reduzindo a diferença entre as novas matrículas ofertadas pelas instituições de ensino superior privadas e públicas. Até 2009, o número total de matrículas nas unidades privadas aumentou 26%, correspondendo a um incremento de, aproximadamente, 800 mil matrículas, das quais 173 mil se deram no âmbito do Fies. Por sua vez, o crescimento observado nas matrículas em instituições públicas foi de 15% neste período.

O documento em si mostra que foram destinados, com o programa Fies, em 2016, 32,3 bilhões de reais, ao passo que com o Bolsa-família foram gastos 28,6 bilhões de reais, no mesmo ano. A conclusão a que se pode chegar com tais números e sendo o Fies destinando a financiar, sem qualquer garantia de pagamento, os estudos de universitários em instituições privadas, é que enormes recursos foram destinados pelo governo federal a grupos como o Kroton, também não cabendo ao escopo do presente trabalho a análise dos resultados daí obtidos, senão o enriquecimento e fortalecimento de tais corporações, como visto (index.php (mec.gov.br) p. 9).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ingerência de organismos internacionais para determinar a estrutura e o conteúdo da educação na periferia do capitalismo tem conduzido, a partir dos anos 1990, a uma situação preocupante.

A fragilidade de políticas públicas sobre o assunto completa-se pela adoção das diretrizes do Banco Mundial e outros congêneres, as quais produzem diagnósticos e formulam programas, encampados pelas elites econômicas e pelos governos locais e assim ditam a **forma organizacional** e o **conteúdo** da educação no terceiro mundo.

Tanto por um quanto por outro, o que resulta é a aplicação de um receituário de reforma empresarial, que prioriza a privatização do ensino, sob diversos formatos, o aligeiramento da formação do professor e do aluno e a seletividade dos conteúdos de conformidade com as camadas sociais destinatárias. De outro lado, a ideia de criar pacotes de conteúdos, que podem ser entregues eletronicamente, dispensa o professor e, obviamente, desumaniza o processo de ensino-aprendizagem.

Do ponto de vista financeiro, aparece claramente a transferência de recursos públicos para o capital privado, consolidando a exploração da educação como mercadoria, com geração de vultosos lucros para o investimento.

Cria-se, paralelamente, uma narrativa simbólica no sentido de que apenas a iniciativa privada será capaz de promover uma educação para todos e que para a maioria dos educandos o que mais interessa é solucionar problemas socioemocionais do seu cotidiano. O que era para ser elemento de emancipação se reduz a aprendizagem. Nega-se, dessa maneira, à maior parte da população o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, capaz, segundo o educador Dermeval Saviani, de dotar a pessoa daquilo que sua existência biológica por si só não lhe traz. Este acesso estará, contudo, sempre reservado às elites, que bem conhecem o potencial revolucionário da educação e a ela dão tanto valor que a tornaram mercadoria de alta cotação no mercado.

O que se nota a partir de propostas vigentes quanto a uma reforma do ensino médio e do estabelecimento de uma denominada Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é a opção pela formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Combinando com o que já se pratica na maioria dos cursos superiores privados, a ideia não é mais a de prover uma educação transformadora, mas adaptativa. Não por acaso o objetivo, declarado até os parâmetros curriculares da década de 1990, de que a educação fosse capaz de transformar a realidade, deixou de constar das diretrizes atuais.

Paralelamente se desenvolve – por vezes com adesão descuidada de setores progressistas - uma visão redentorista da educação, que é própria do liberalismo, para o qual ela constitui apenas a partida para um processo, no curso do qual, porém, o que realmente fará diferença serão o mérito e o esforço de cada educando, individualmente.

Muitos são os organismos internacionais, sob diversas denominações, envolvidos no processo de imposição de um sistema educacional favorável aos interesses do capital privado, geralmente multinacional, mas quase sempre associado a parcelas de capitais nacionais. Dentre eles avulta o Banco Mundial, entidade historicamente vinculada às economias hegemônicas dos países centrais, que, muito convenientemente, criou e opera

um departamento de educação. De seus diagnósticos, recomendações, aconselhamentos e programas brotam inumeráveis instâncias, nos estados nacionais, dedicadas à montagem de uma feição autenticamente empresarial da educação. A reprodução de tal perfil é facilitada por uma consciência, formada em todas as camadas sociais, tendente a legitimar a transformação da educação, de direito de todos (CF, art. 205) em um serviço, prestado desigualmente a depender dos destinatários.

Se existe solução, ela inclui, para alguns, a identificação dos sócios locais do capital que explora a educação: apurar quem lucra e, mais que isso, quem são os intelectuais que representam as ideias difundidas pelo BM através de espaços de articulação como, por exemplo, o "Todos pela Educação", replicando as visões empresariais, em todos os níveis de ensino, do básico ao superior.

Por fim, no que diz respeito à preservação daquele direito fundamental, dito universal, posto pelo artigo 205 da Constituição da República, é certo que a pesquisa confirma, sim, a hipótese de descaracterização da educação como direito e sua gradual conversão em serviço. Desvestida de sua missão histórica de transformar o mundo, tende a destinar-se, sob esse novo formato, apenas a reforçar desigualdades e seguir sendo, cada vez mais, simples ornamento da outrora Constituição Cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para Todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o Desenvolvimento. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial.** 2011. Disponível em World Bank Document. Acesso em 18 jun. 2021.

_____. **A Adoção de Novas Tecnologias é Fundamental para Empregos do Amanhã na América Latina e Caribe.** 2018. Buenos Aires. Disponível em: A Adoção de Novas Tecnologias é Fundamental para os Empregos do Amanhã na América Latina e Caribe (worldbank.org). Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. **Agindo Agora para Proteger o Capital Humano de Nossas Crianças: os custos e a resposta ao impacto da pandemia de covid-19 no setor da educação na América Latina e Caribe.** 2021. Disponível em: Acting now-sumPT.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2015. Visão Geral: mente, sociedade e comportamento.** 2015. Disponível em: Overview-Portuguese.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. **Se países agirem agora, as crianças nascidas hoje podem ser mais saudáveis, bem-sucedidas e produtivas.** Indonésia. 2018. Disponível em: Se países agirem agora, as crianças nascidas hoje podem ser mais saudáveis, bem-sucedidas e produtivas (worldbank.org). Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. **Um Ajuste Justo – Análise da Eficiência e Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. 2017.** Brasil. Disponível em: Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil (worldbank.org). Acesso em: 18 jun. 2021.

DYTZ FILHO, Nilo. **Crise e reforma da Unesco: reflexões sobre a promoção do poder brando do Brasil no plano multilateral.** Brasília: Funag, 2014. Disponível em CRISE E REFORMA DA UNESCO.indd (funag.gov.br), acessado em 16 jun 2021.

FONTES, Virgínia. **Desigualdades, assimetrias e adesão subalterna – interrogações urgentes sobre Estados e o papel do Banco Mundial.**

MARTINS, Carlos Eduardo. Consenso de Washington**. Enciclopédia Latino-Americana. Verbete.** Em <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/consenso-de-washington>. Acesso 18/jul./2021.

MELGAREJO, M. M.; SHIROMA, E. O. O projeto de educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Roteiro**, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 1–24, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i3.20896. Disponível em: https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/20896. Acesso em: 23 set. 2021.

NAPOLI, Paulo. Reformas empresariais na educação brasileira: um breve histórico. Curso online no canal da Unidade Classista. S. José do Rio Preto, 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. PRONKO, Marcela (org.). **A Demolição de Direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a Educação e a Saúde (1980-2013).** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

PRONKO, Marcela. **Modelar o Comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo.** In: Revista Trabalho, Política e Sociedade (online), vol. IV, nº 06, Jan-Jun. 2019. Disponível em: Vista do v. 4 n. 6 (2019): Trabalho, Educação e Políticas Públicas (ufrrj.br), acesso em 18 jun. 2021.

_____. **O Banco Mundial no campo internacional da educação.** In: PEREIRA, João Márcio Mendes. PRONKO, Marcela (org.). **A Demolição de Direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a Educação e a Saúde (1980-2013).** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

_____. **O Banco Mundial e a Educação no Brasil.** 04 maio 2021. 1 vídeo (1h33min06s). Publicado pelo canal HISTRAEB – História, Trabalho e Educação no Brasil. Disponível em O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO NO BRASIL - YouTube. Acesso em: 18 jun. 2021.

MUNDY, Karen. **El multilateralismo educativo y el (des)orden mundial.** In: BONAL, Xavier; TARABINI-CASTELLANI, Aina; VERGER, Antoni (org). *Globallización y educación*, Buenos Aires: Miño y Dávlia, 2007. Disponível em GLOBALIZACIÓN Y

EDUCACIÓN: TEXTOS FUNDAMENTALES (researchgate.net), acessado em 16 jun 2021.

VILAS, Carlos M.. **O Banco Mundial e a reforma do Estado na América Latina: fundamentos teóricos e prescrições políticas.** In: PEREIRA, João Márcio Mendes. PRONKO, Marcela (org.). **A Demolição de Direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a Educação e a Saúde (1980-2013).** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.